

ILMO (A) SR. (A) PREGOEIRO (A) DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6840/2024
DATA DA SESSÃO: 29/07/2024
HORÁRIO: 10h00min

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, sociedade empresária, com matriz na Av. das Américas, nº 04200, BLC 3 SALAS, 101, 201, 301, 401, 501, 601 e 701 Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-907 inscrita no CNPJ/MF nº 35.820.448/0001-36, com filial RUA GUIANAS, N.80 - PARTE CAMPOS ELISEOS, inscrita no CNPJ/MF nº 35.820.448/0007-21 doravante denominada “WHITE MARTINS”, vem, tempestivamente, por seu representante legal abaixo assinado, com fundamento no mandamento constante do edital, apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao edital do pregão em referência, pelas razões fáticas, técnicas e jurídicas a seguir delineadas, tendo em vista os vícios verificados no edital, que se não sanados poderão contaminar os atos sucessivos e, consequentemente, o processo poderá ter sua nulidade decretada até mesmo perante o Judiciário.

I. MOTIVOS QUE ENSEJARAM A APRESENTAÇÃO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO.

A WHITE MARTINS teve conhecimento da abertura do processo licitatório em referência, que tem por objeto “ CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS PARA ATENDIMENTO DO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THERESINHA E DEMAIS VEÍCULOS (AMBULÂNCIA), COM RESERVATÓRIO E CILINDROS EM COMODATO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”.

E, na condição de interessada em participar da disputa para o atendimento deste objeto, analisou os termos do edital.

Após acurada leitura, foram identificadas exigências que necessitam ser revistas, para que os atos do processo ocorram de acordo com a lei.

II. REQUISITO EXIGIDO NO EDITAL: REGISTRO ANVISA RELATIVO A GASES MEDICINAIS.

Dentre os requisitos a serem considerados na proposta de preços, observa-se a exigência para que se informe o número do registro no Ministério da Saúde (ANVISA) dos gases medicinais.

7.2 - Oxigênio Medicinal (em cilindro de alumínio portátil, capacidade de 1m³, com alça de transporte, válvula, regulador, manômetro e fluxômetro integrados) com registro na ANVISA.

- Deverá o contratado fornecer sem custos a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, incluindo peças de reposição originais e mão de obra especializada;
- treinamento para os usuários;
- testes das condições de operação;
- Check list de qualidade e certificados de calibração.
- Registro do dispositivo (válvula integrada), junto ao MS – ANVISA.

Contudo, oportuno esclarecer a esta Administração, que as empresas do segmento de gases medicinais dispõem de prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 01/07/2024, para obtenção do registro destes produtos na ANVISA.

A RDC nº 870/2024 da ANVISA, que dispõe sobre a notificação, o registro e as mudanças pós-registro de gases medicinais enquadrados como medicamentos, dispõe em seu art. 63 que:

“Art. 63. Fica concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar do início de vigência desta Resolução, para que as empresas realizem a notificação ou solicitem o registro dos gases medicinais enquadrados como medicamentos que produzam.”


“Art. 66. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2024.”

Logo, como se observa, somente após ultrapassado este período de 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, somente a partir de julho/2026, as empresas estarão obrigadas a

dispor do registro ANVISA de gases medicinais, pois a norma da ANVISA concedeu tal prazo para que as empresas possam se adequar a tal obrigação.

Desta feita, observa-se que a exigência contida no edital, relacionada à apresentação do número do registro de gases medicinais junto à ANVISA na proposta, não deve ser mantida, tendo em vista o curso do prazo para que as empresas registrem seus gases na ANVISA.

Vale frisar que, até a data de 01/07/2024, não havia a obrigatoriedade de obtenção de registro de gases medicinais junto à ANVISA, pelo fato de estar em vigor a RDC nº 25/2015 da ANVISA, a qual havia suspenso o prazo previsto na RDC nº 68/2011 também da referida Agência, para que as empresas obtivessem o registro de seus gases.



26

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 120, sexta-feira, 26 de junho de 2015

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 24 DE JUNHO DE 2015

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 422ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 09 de junho de 2015, aprovou o Memorando nº 44/2015/DIRAD/DIGES/ANS, pelo deferimento do pedido de parcelamento de débitos, nos seguintes processos administrativos cujos valores somados ultrapassam R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

Processo ANS nº	Nome da Operadora	Registro ANS	Multa Pecuniária	Valor da Multa (R\$)
25779.012266/2010-43 (apenso 25789.012041/2007-34)	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337	Parcelamento de Débito - Multa Pecuniária - RPD nº 6456291	R\$ 283.304,70 (pagáveis em 60 parcelas de R\$ 4.721,75)
25789.028302/2010-33	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337	Parcelamento de Débito - Multa Pecuniária - RPD nº 6670360	R\$ 122.352,00 (pagáveis em 60 parcelas de R\$ 2.039,20)
25789.029611/2010-21 (apensos 25789.004745/2010-39; 25789.076197/2009-13)	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337	Parcelamento de Débito - Multa Pecuniária - RPD nº 6616582	R\$ 354.824,00 (pagáveis em 60 parcelas de R\$ 5.913,73)
25789.036359/2011-47 (apensos 25789.003936/2011-64; 25789.030719/2011-17)	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337	Parcelamento de Débito - Multa Pecuniária - RPD nº 6710993	R\$ 396.380,86 (pagáveis em 60 parcelas de R\$ 6.606,35)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA**
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO RDC Nº 25, DE 25 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a suspensão de prazos relativos à notificação de gases medicinais estabelecidos na Resolução RDC nº 68, de 16 de dezembro de 2011.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e IV, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o inciso V, e §§ 1º e 3º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, tendo em vista os incisos III, do art. 2º, III e IV, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 1999, o Programa de Melhoria do Processo de Regulação da Agência, instituído por meio da Portaria nº 422, de 16 de abril de 2008, e conforme deliberado em reunião realizada em 24 de junho de 2015, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica suspenso o prazo estabelecido pelo art. 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 68, de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Fica também suspenso o prazo estabelecido no item 4.13 do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 70, de 1º de outubro de 2008, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada nº 68, de 16 de dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência em Circulo Deliberativo - CD 125/2015 realizada em 12 de junho de 2015.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: 3M DO BRASIL LTDA
CNPJ: 45985371000108
Processo nº: 25351.271065/2013-45
Expediente da Reconsideração de Indeferimento nº: 0762862/13-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por perda de objeto, acatando o entendimento da Corça/Suaui.

Empresa: AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA
CNPJ: 01645409000128
Processo nº: 25351.134806/2013-49
Expediente da Reconsideração de Indeferimento nº: 0813116/13-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por perda de objeto, acatando o entendimento da Corça/Suaui.

Empresa: BL INDÚSTRIA ÓTICA LTDA
CNPJ: 27611022000103

Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA
CNPJ: 01772798000152
Processo nº: 25351.148468/2013-15
Expediente da Reconsideração de Indeferimento nº: 0802443/13-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por perda de objeto, acatando o entendimento da Corça/Suaui.

Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA
CNPJ: 01772798000152
Processo nº: 25351.148625/2013-73
Expediente da Reconsideração de Indeferimento nº: 0802457/13-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por perda de objeto, acatando o entendimento da Corça/Suaui.

Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA
CNPJ: 01772798000152
Processo nº: 25351.170000/2013-19
Expediente da Reconsideração de Indeferimento nº: 0801221/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por perda de objeto, acatando o entendimento da Corça/Suaui.

Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA
CNPJ: 01772798000152

Ademais, somente em 01/07/2024, a RDC nº 25/2015 (que suspendia a obrigação de registrar os gases medicinais) veio a ser expressamente revogada pela RDC 870/2024, o que corrobora para a inviabilidade das empresas disporem deste Certificado de Registro, pois até 01/07/2024 inexistia esta obrigação:

“Art. 65. Ficam revogadas:

- I- a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 70, de 01 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 195, de 2 de outubro de 2008, Seção 1, pág. 40;
- II- a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 68, de 16 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 244, de 21 de dezembro de 2011, Seção 1, pág. 78; e
- III- a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 25 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 120, de 26 de junho de 2015, Seção 1, pág. 26."

Ante o exposto, vale frisar que, conforme previsão legal, as empresas dispõem de prazo de 24 meses, a contar de 01/07/2024, para obterem a notificação/registro de seus gases medicinais junto à ANVISA, **não havendo, portanto, obrigação legal determinando que, na data da sessão pública, as empresas disponham da referida numeração/certificação para apresentação na proposta.**

Por oportuno, por bem destacar respeitosamente a esta Administração, quem em não havendo lei que obrigue as empresas a disporem deste documento, **por mais que se decida manter tal exigência no edital**, as empresas não estão obrigadas a cumpri-la, **considerando que as regras do edital não podem sobrepor ao que determina a lei.**

Afinal, conforme preconiza a Constituição Federal Brasileira de 1988, a Administração Pública deve obediência ao princípio da legalidade, o que inclui o cumprimento estrito ao que for exigido em lei:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;"

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)"

Desta forma, caso a Administração mantenha a decisão pela manutenção da exigência posta, a Administração apresentará conduta contrária ao que determina a lei e os princípios que regulam a licitação pública, sem justo motivo.

Por derradeiro, pede-se que seja excluída do edital a exigência para apresentação de do registro ANVISA dos gases medicinais, pois ainda pende o prazo para que as empresas obtenham este registro.

III. CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE.

Verifica-se a seguinte exigência no Termo de Referência que integra o edital:

- A empresa deve possuir o responsável técnico farmacêutico inscrito no Conselho de sua Jurisdição.

Observa-se assim a exigência para que a empresa possua profissional responsável técnico farmacêutico inscrito no Conselho Regional de Farmácia.

Importante esclarecer não ser somente o profissional farmacêutico que atua na fabricação/envase de gases medicinais.

Vale lembrar que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) instituiu o processo de medicalização de gases aplicados na área da saúde, estabelecendo requisitos a serem cumpridos pelas empresas atuantes no segmento de gases medicinais, dentre eles os que se encontravam previstos em sua RDC nº 69/2008 (que dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação e Controle dos Gases Medicinais), substituída pela RDC nº 301/2019 e Instrução Normativa nº 38/2019 e, mais recentemente, pela RDC nº 658/2022.

Ainda na vigência da RDC nº 69/2008, após inúmeras dúvidas por parte das empresas atuantes no segmento em relação a qual profissional seria considerado habilitado para atuar nas atividades de gases medicinais, a referida agência reguladora se manifestou através de Nota Técnica (NT nº 015/2012/UNAFE/GGIMP/ANVISA), apresentando as Orientações gerais para peticionamento de processos de AFE de empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais, assim estabeleceu em seus parágrafos 4º e 5º:

"4. Com base no Art. 1º da Resolução 209/07 (publicada pelo Conselho Federal de Química) e Art. 4º da Resolução 470/08 (publicada pelo Conselho Federal de Farmácia), foi o seguinte o parecer da Procuradoria Federal – ANVISA (por meio do Parecer Consultivo nº 36/2009/PROC/ANVISA/MS de 28/04/2009): "... Compete aos respectivos Conselhos Federais resolver as questões referentes às atividades afins com as outras profissões através de entendimentos com as entidades reguladoras dessas profissões, conforme dispõem o art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 3.820/1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e o artigo 8º, parágrafo único, da Lei nº 2.800/1956, que cria o Conselho Federal de Química e os Conselhos Regionais de Química e dispões sobre o exercício da profissão de Químico.";

5. Considerando o disposto acima e o conteúdo do memorando nº 254/GIMEP/GGIMP/ANVISA de 20/04/2009 (questionamento encaminhado à PROC/ANVISA), para fins de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) para empresas que exerçam, dentre outras, as atividades de fabricação; envase; transporte; distribuição e importação de gases medicinais, **é prerrogativa dessas empresas definirem sobre a escolha do profissional**

Responsável Técnico, desde que este esteja devida e legalmente habilitado pelo respectivo Conselho de Classe;" (grifamos)

Em assim sendo, considerando que a própria ANVISA recomendou que as empresas definissem o profissional atuante nas etapas de fabricação, envase etc. dos gases medicinais, podendo tanto ser um profissional de química, quanto um profissional farmacêutico, faz-se mister que o presente edital apresente clareza no tocante à possibilidade de as empresas apresentarem um ou outro para fins de responsabilização técnica, de modo a evitar a frustração ao caráter competitivo da licitação.

Vale registrar que, assim como há resolução do Conselho Federal de Farmácia estabelecendo as atribuições do farmacêutica na fabricação/envase de gases medicinais, há também a Resolução do Conselho Federal de Química que atribui ao profissional de Química as seguintes atribuições:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 270, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.

Regulamenta a atuação do profissional da Química em relação a cadeia produtiva de gases medicinais.

O Conselho Federal de Química, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 8º da Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956, tendo em vista o disposto no artigo 5º, XIII, da Constituição Federal que assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas em lei;

"Art. 1º A fabricação e as análises de controle de qualidade de gases medicinais e as suas diversas misturas estão compreendidas no exercício profissional de Químico, de conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho, incorporada pela Lei nº 2.800/56 e com seu Decreto Regulamentador nº 85.877/81."

Portanto, pede-se que esta Administração considere prever no edital, de forma clara e precisa, se as licitantes poderão indicar um profissional escrito em um destes Conselhos Regionais, Farmácia OU Química, para fins de comprovação da responsabilidade técnica.

IV. DÚVIDA QUE NECESSITA SER ESCLARECIDA.

Aproveita-se o oportuno para requerer a esta Administração que informe o prazo de vigência do contrato, uma vez que tal informação não consta na minuta do contrato.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 5 anos, na forma dos artigos 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

V. OBRIGAÇÃO QUE EXCEDE O ESCOPO LICITADO/CONTRATADO.

Observa-se a seguinte exigência no edital:

7.4 – Providenciar projetos completos, incluindo desenhos da situação das instalações, contendo informações sobre localização dos equipamentos, instalações elétricas;

Contudo, ao contrário da exigência acima colacionada, o objeto licitado não contempla a elaboração de projetos das instalações, em especial, a elétrica, pois os produtos que serão fornecidos sequer demandam instalação elétrica.

Desta forma, como as licitantes poderão se responsabilizar pela elaboração de projeto que compreenda instalações de terceiros (dentre as quais, a instalação elétrica) se, para a execução do escopo que está sendo licitado, não se inclui o serviço de elaboração de projetos, tampouco a instalação de equipamentos na rede elétrica de hospitais.

Por derradeiro, ressalta-se que se mantida tal exigência no edital, pode ser que não se apresentem empresas para participação da licitação, haja vista a exigência de obrigação que não faz parte do escopo/obrigações relativas ao fornecimento de gases medicinais.

É conveniente lembrar que a inclusão de cláusulas restritivas em editais de licitações públicas é repudiada até mesmo por nossa Carta Magna, que assim preconiza:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
(...)”

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”(Regulamento)

Como já deve ser de Vosso conhecer, a Lei Federal nº 14.133/2021 também veda a inclusão de exigências desnecessárias em editais de licitações públicas para não comprometer o caráter competitivo da licitação, senão vejamos:

“Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;”

VI. NECESSÁRIA FLEXIBILIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE CILINDROS.

O objeto licitado inclui a cessão de cilindros com capacidades específicas, a exemplo do cilindro de oxigênio medicinal em portátil de 1 m³.

Os quantitativos anuais estimados estão descritos abaixo:

72.000	M ³ de Oxigênio Líquido caminhão tanque
2.304	M ³ de Ar Comprimido
4.200	M ³ de Oxigênio Gasoso
258	Kg de Oxido Nitroso
420	M ³ de Oxigênio Medicinal em cilindro portátil de 1M ³

- 06 (seis) cilindros de (capacidade 3,5 litros/m³) 4m³ necessários ao condicionamento de oxigênio comprimido.

Oportuno esclarecer que, em se tratando de capacidade de cilindros, há uma certa variação entre os diversos fornecedores no mercado, de forma que, ao se exigir o fornecimento em reservatórios com capacidades específicas, a Administração acaba por direcionar o resultado da licitação para fornecedor ou fornecedores específicos, restringindo o caráter competitivo da licitação, ainda que não seja sua intenção.

Desta forma, em não havendo impedimento técnico para a flexibilização da capacidade exigida para os cilindros/tanque, a WHITE MARTINS pede que esta Administração permita o fornecimento do produto em cilindros com capacidades aproximadas para mais e para menos em relação as que estão sendo exigidas no edital,

ou, alternativamente, que preveja um intervalo maior na capacidade exigida para os cilindros, conforme sugestão abaixo:

- Cilindro de oxigênio medicinal em cilindro portátil de 1 m³.

Pede-se considerar flexibilizar a capacidade exigida para o cilindro, de modo a permitir o fornecimento do gás/comodato de cilindros com capacidade entre 0,6 m³ e 1 m³, e com capacidade entre de 3,5 litros e 5,0 litros/m³, competindo à Contratada a escolha de cilindro para atendimento, desde que sua capacidade esteja dentro desses parâmetros.

Além, também em relação ao cilindro portátil de 1 m³, pede-se permitir a oferta de cilindro confeccionado em aço ou alumínio, considerando que no mercado de gases, há empresas que somente trabalham com o fornecimento de cilindro de 1 m³ confeccionado em aço e outras com cilindros em alumínio.

Por tal razão, como medida a ampliar o caráter competitivo da licitação, pede-se que esta Administração considere possibilitar a oferta de cilindro de 1 m³ confeccionado em alumínio ou aço, não havendo qualquer prejuízo para a Administração esta flexibilização.

- Cilindro de óxido nitroso com capacidade de 28 Kg.

Pede-se considerar flexibilizar a capacidade exigida para o cilindro, de modo a permitir o fornecimento do gás/comodato de cilindros com capacidade entre 28 Kg e 43 Kg, competindo à Contratada a escolha de cilindro para atendimento, desde que sua capacidade esteja dentro desses parâmetros.

Tal providência certamente **privilegiará a ampliação do caráter competitivo da licitação**, justamente por permitir uma maior número de empresas participantes e, consequentemente, aumentar as chances da Administração de obter proposta mais vantajosa.

Caso ainda assim V.Sa. decida por manter a especificidade do cilindro, a **WHITE MARTINS pede que seja apresentado parecer técnico hábil a justificar tal medida**, que se configura restritiva e, portanto, não encontra esboço legal.

É conveniente lembrar que a inclusão de cláusulas restritivas em editais de licitações públicas é repudiada até mesmo por nossa Carta Magna, que assim preconiza:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei,

o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”(Regulamento)

Por derradeiro, não se identifica uma justificativa plausível para se fixar a capacidade exigida para os cilindros, constituindo tal medida uma barreira a um dos principais objetivos da licitação que é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, fundamento este em que se embasa a **WHITE MARTINS**, para requerer compreensão e bom senso de V.Sa. na apreciação e deferimento do presente pedido.

VII. PEDIDO.

Por derradeiro, pugna a WHITE MARTINS:

- a) Pelo recebimento, apreciação e integral deferimento da presente impugnação, para que, no mérito, todas as alterações aqui evidenciadas e esclarecimentos solicitados sejam atendidos.
- b) Na hipótese da pedido ora formulado ser indeferido, que seja emitido parecer técnico fundamentando seu indeferimento.

Nestes termos, p. Deferimento.

Caxias/RJ, 23 de julho de 2024.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Analigia Silva'.

Analigia da Silva
Gerente Nacional de Contas Públicas
RG: 077583300 IFPRJ
CPF: 003.791.977-66
Tel.: (21)3279-9151 / (21) 98563-1936
E-mail: Analigia.Silva@linde.com